

ANEXO II

1 – Rui Manuel Neves Bandeira, casado, residente na Rua do Farol Novo, 14, Murtinheira, 3080-514 Figueira da Foz com o bilhete de identidade n.º 8228308 e contribuinte n.º 134919181 e João Pedro Jesus Justo, casado, residente em Porto de Mós, portador do Cartão de Cidadão n.º. 10334403, na qualidade de representantes legais da empresa Alves Bandeira & Cia, Lda, pessoa coletiva n.º 500 433 402, com sede em Vale de Vaz – 3350-110 Vila Nova de Poiares, adjudicatários no procedimento por Ajuste Directo n.º 101/AJD/SA/15 para “**Aquisição de gasóleo de Aquecimento para Jardins-de-infância e Escolas do 1.º Ciclo do Concelho**”, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;

b) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;

c) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;

d) Não foi objecto de aplicação de sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho;

e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;

f) Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

1- O declarante junta em anexo os documentos comprovativos de que a sua representada não se encontra nas situações previstas nas alíneas d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo de participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Fátima, 22 de Dezembro de 2015



Alves Bandeira & C.ª, S.A.
A Administração